

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CG1A1-I

A apropriação colonial das terras indígenas muitas vezes se iniciava com alguma alegação genérica de que os povos forrageadores viviam em um estado de natureza — o que significava que eram considerados parte da terra, mas sem nenhum direito a sua propriedade. A base para o desalojamento, por sua vez, tinha como premissa a ideia de que os habitantes daquelas terras não trabalhavam. Esse argumento remonta ao **Segundo tratado sobre o governo** (1690), de John Locke, em que o autor defendia que os direitos de propriedade decorrem necessariamente do trabalho. Ao trabalhar a terra, o indivíduo “mistura seu trabalho” a ela; nesse sentido, a terra se torna, de certo modo, uma extensão do indivíduo. Os nativos preguiçosos, segundo os discípulos de Locke, não faziam isso. Não eram, segundo os lockianos, “proprietários de terras que faziam melhorias”; apenas as usavam para atender às suas necessidades básicas com o mínimo de esforço.

James Tully, uma autoridade em direitos indígenas, aponta as implicações históricas desse pensamento: considera-se vaga a terra usada para a caça e a coleta e, “se os povos aborígenes tentam submeter os europeus a suas leis e costumes ou defender os territórios que durante milhares de anos tinham erroneamente pensado serem seus, então são eles que violam o direito natural e podem ser punidos ou ‘destruídos’ como animais selvagens”. Da mesma forma, o estereótipo do nativo indolente e despreocupado, levando uma vida sem ambições materiais, foi utilizado por milhares de conquistadores, administradores de latifúndios e funcionários coloniais europeus na Ásia, na África, na América Latina e na Oceania como pretexto para obrigar os povos nativos ao trabalho, com meios que iam desde a escravidão pura e simples ao pagamento de taxas punitivas, corveias e servidão por dívida.

David Graeber e David Wengrow. **O despertar de tudo**: uma nova história da humanidade. São Paulo: Cia das Letras, 2022, p. 169-170 (com adaptações).

Com base nas ideias veiculadas no texto CG1A1-I, julgue os itens a seguir.

- 1 O texto mostra evasivas utilizadas por europeus para legitimar a apropriação colonial de terras indígenas.
- 2 O texto informa que, antes da chegada dos europeus, as populações nativas dos territórios colonizados não trabalhavam.
- 3 O emprego do adjetivo “preguiçosos” (penúltimo período do primeiro parágrafo) revela uma opinião preconceituosa dos autores do texto a respeito das populações nativas colonizadas.
- 4 O trecho ‘são eles que violam o direito natural e podem ser punidos ou ‘destruídos’ como animais selvagens’, no penúltimo período do segundo parágrafo, exprime a perspectiva de James Tully.

- 5 Infere-se do texto que seus autores corroboram a explicação de James Tully acerca do direito de propriedade aplicado às terras colonizadas.

Acerca dos sentidos e dos mecanismos de coesão empregados no texto CG1A1-I, julgue os próximos itens.

- 6 Infere-se do primeiro parágrafo, especialmente por causa do emprego da forma verbal “defendia” (terceiro período), que John Locke desistiu de defender os direitos de propriedade.
- 7 No primeiro período do primeiro parágrafo, a forma pronominal “sua” tem como referente o termo “povos forrageadores”.
- 8 No trecho ‘se os povos aborígenes tentam submeter os europeus a suas leis e costumes ou defender os territórios que durante milhares de anos tinham erroneamente pensado serem seus’ (segundo parágrafo), o vocábulo ‘que’ remete a ‘povos aborígenes’.
- 9 A expressão “Da mesma forma”, no último período do segundo parágrafo, reforça a continuidade da argumentação do período anterior.
- 10 No segundo parágrafo, o sentido do vocábulo “nativos” (último período) abrange a ideia de “aborígenes” (primeiro período).

Considerando as estruturas morfossintáticas e os aspectos semânticos do texto CG1A1-I, julgue os seguintes itens.

- 11 No primeiro período do segundo parágrafo, a palavra “implicações” tem o mesmo sentido de **impertinências**.
- 12 No último período do segundo parágrafo, a oração “para obrigar os povos nativos ao trabalho” funciona como complemento do termo “pretexto”.
- 13 No último período do segundo parágrafo, o termo “europeus” concorda com “milhares”.
- 14 No trecho ‘os povos aborígenes tentam submeter os europeus a suas leis’ (segundo parágrafo), a inserção do sinal indicativo de crase no vocábulo ‘a’ resultaria em incorreção gramatical no texto.
- 15 A substituição de “remonta ao” (terceiro período do primeiro parágrafo) por **remonta o** prejudicaria a correção gramatical e a coerência das ideias originais do texto.
- 16 A correção gramatical e a coerência das ideias do quarto período do primeiro parágrafo seriam preservadas caso ele fosse reescrito da seguinte maneira **O sujeito “mistura seu trabalho” à terra quando a cultiva, e, assim, ela, em alguma medida, passa a ser uma parte dele.**

Considerando a ética, a moral, os princípios e os valores relacionados à função pública e ao setor público bem como o exercício da cidadania, julgue os itens a seguir.

- 17 No desempenho da atividade pública, a legalidade e a eficiência são valores suficientes para assegurar a moralidade e a retidão da conduta.
- 18 Na formação da democracia, o exercício da cidadania exaure-se apenas com o exercício do voto.
- 19 O modelo ideal burocrático de administração pública, que se fundamenta na compreensão da centralidade e da obediência às regras como principal valor, pode se aproximar da teoria ética de Kant fundada no imperativo categórico.

Com base nas regras estabelecidas nas Leis n.º 8.429/1992 — Lei de Improbidade Administrativa — e na Lei n.º 12.846/2013 — que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública —, julgue os itens que se seguem.

- 20 Para os fins da Lei n.º 12.846/2013, constitui ato lesivo à administração pública nacional dificultar a atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos.
- 21 Na hipótese de incorporação societária, a obrigação da sociedade incorporadora em eventual recomposição de dano ao erário, decorrente de conduta da sociedade incorporada prevista na Lei n.º 8.429/1992, fica limitada ao total do patrimônio transferido.
- 22 O agente político está excluído do conceito de agente público adotado pela Lei n.º 8.429/1992.
- 23 A responsabilização administrativa de pessoa jurídica de direito privado por violação de preceitos previstos na Lei n.º 12.846/2013, com a consequente aplicação das sanções correspondentes, deve ser precedida de manifestação jurídica elaborada pela advocacia pública ou pelo órgão de assistência jurídica, ou equivalente, do ente público.
- 24 Constitui ato de improbidade administrativa, importando em enriquecimento ilícito, usar, em proveito público, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da administração pública direta.

Julgue o item seguinte, relativo ao sistema operacional Windows 10.

- 25 O Visualizador de Eventos é uma ferramenta nativa do Windows 10 que permite ao administrador da máquina acessar dados dos logs de aplicativo, de segurança e do sistema, com objetivo de investigar e identificar possíveis problemas de *software* e(ou) de *hardware*.

Em relação a edição de textos e de planilhas no Microsoft Office 365, julgue os itens a seguir.

- 26 Se, na planilha a seguir, desenvolvida no Excel, for digitada a fórmula =CONT.VALORES(B3:E6) na célula B8, o resultado apresentado nessa célula será 12.

	A	B	C	D	E
1	Quantidade de processos por Cidade				
2	Nome	1bim	2bim	3bim	4bim
3	Serra		15		22
4	Vila Velha	40		20	74
5	Cariacica	0	17	0	12
6	Vitória	NI	50	NI	
7	Legenda:	NI - Não informado			
8					

- 27 Considere-se que certo usuário do Microsoft Office 365 queira configurar, em um documento de texto desenvolvido no Word, duas colunas no topo e uma coluna na parte inferior da mesma página do documento, como apresentado na figura a seguir.



Nesse caso, será necessário separar a página por meio do comando Quebra de Seção (Página Ímpar) ou Quebra de Seção (Página Par) e, logo após, inserir o número de colunas que se deseja em cada parte da página.

Acerca de redes de computadores e pesquisa na Internet, julgue os itens a seguir.

- 28 Com base nas propriedades de rede exibidas na imagem a seguir, extraídas de um computador com Windows 10 conectado à rede por meio de apenas um adaptador de rede, é correto afirmar que esse computador poderá conectar-se a uma rede com velocidade de até 1.000 Mbps.

← Configurações

🏠 Exibir as propriedades da rede

Propriedades

Nome: Ethernet

Descrição: Realtek PCIe GBE Family Controller rainydays.com.br

Endereço físico (MAC): d0:94:66:9f:0c:f9

Status: Operacional

Unidade máxima de transmissão: 1500

Velocidade da conexão (Recepção/Transmissão): 1000/1000 (Mbps)

DHCP ativado: Sim

Servidores DHCP: 192.168.1.254

Concessão DHCP obtida: sexta-feira, 10 de abril de 2020 11:40:02

A concessão DHCP expira em: sexta-feira, 10 de abril de 2020

- 29 Para procurar no Google o termo câmaras exclusivamente no sítio <https://www.tjes.jus.br>, deve-se inserir na pesquisa o comando a seguir.

câmaras include www.tjes.jus.br

30 Suponha-se que um usuário tenha acessado o sítio <https://images.google.com.br> e digitado no campo de pesquisa os termos *brasao*, *governo*, *espírito*; *santo*, para obter a imagem do brasão do governo do estado do Espírito Santo. Nesse caso, a pesquisa retornará um erro, pois, para a busca de imagens, é necessário digitar as palavras na forma ortográfica correta, considerando-se os devidos sinais de pontuação e acentuação.

No que se refere à segurança da informação, a procedimentos de *backup* e a *cloud storage*, julgue os itens que se seguem.

31 Na área de segurança da informação, o termo *smishing* refere-se a vírus especificamente projetados para infectar *smartphones* com sistema operacional Android ou iOS e, com isso, prejudicar o uso do aparelho e roubar informações do usuário.

32 Caso o usuário de um computador com Windows 10 deseje realizar *backup* em nuvem da pasta Documentos que possui várias subpastas, cada uma com vários arquivos, é possível fazê-lo por meio do OneDrive, situação em que os arquivos ficarão protegidos e disponíveis ao usuário em outros dispositivos.

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com base em análise combinatória, probabilidade, operações com conjuntos e problemas geométricos.

33 Suponha que a equipe de manutenção de determinado tribunal decida pintar 7 salas idênticas; que essa equipe tenha à disposição 3 cores distintas de tintas; e que cada sala será pintada apenas com uma cor. Nessa situação, há 36 maneiras distintas de pintar as salas com as cores disponíveis.

34 Suponha que um arquivo contenha 12 pastas numeradas de 1 a 12, ordenadas de forma aleatória, e que uma advogada precise retirar desse arquivo as pastas 2, 3, 7 e 9. Nessa situação, a probabilidade de que a advogada retire exatamente duas pastas certas e duas pastas erradas, em uma única tentativa, é $\frac{56}{165}$.

35 Considere que a equipe de compras de determinado tribunal precise comprar uma nova mesa de reuniões que deverá ocupar uma área máxima de 3 m². Considere, ainda, que essa equipe tenha encontrado uma mesa cujo tampo é um hexágono regular com 90 cm de medida de lado. Nessa situação, a mesa encontrada pela equipe de compras não cumpre o requisito de área.

36 Considere que 44 servidores falem uma ou mais línguas estrangeiras e que, entre eles, 12 servidores falem apenas inglês; 10 falem apenas espanhol; 11 falem apenas francês; 1 fale inglês e francês; 2 falem espanhol e francês; e 17 falem francês. Nessa situação, 7 servidores falam inglês e espanhol, mas não falam francês.

Acerca de noções de lógica, julgue os itens a seguir.

37 Se todo promotor de justiça é bacharel em direito e teve de ser aprovado em concurso público específico para tal cargo, logo, Cláudia, que não é promotora de justiça, ou não é bacharel em direito ou não foi aprovada em concurso público específico para ocupar o referido cargo.

38 A sentença “Há pelo menos um desembargador que é mais velho que todos os juizes” pode ser escrita na forma simbólica como $\forall x \exists y (D(x) \wedge J(y) \rightarrow V(x,y))$, em que $D(x)$ representa a proposição “ x é desembargador”; $J(y)$ representa a proposição “ y é juiz”; e $V(x,y)$ representa a proposição “ x é mais velho que y ”.

39 A proposição “Considerando-se que o réu é capixaba, é correto afirmar que ele nasceu na cidade de Anchieta” pode ser representada, corretamente, na forma $P \wedge Q$, sendo P a proposição “O réu é capixaba” e Q a proposição “Nasceu na cidade de Anchieta”.

40 Considere que P , Q , R e S sejam proposições em que Q e R possuem valores lógicos verdadeiros e P e S possuem valores lógicos falsos. Nessa situação, o valor lógico da proposição $(P \rightarrow Q) \wedge \sim (R \vee S)$ é verdadeiro.

Acerca da Lei de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo, julgue os itens que se seguem.

41 O TJ/ES poderá declarar a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público pelo voto da maioria simples de seus membros.

42 Na comarca da capital do TJ/ES, inexistem varas especializadas para a matéria de violência doméstica e familiar contra a mulher, de forma que as varas criminais são as responsáveis pelo processo e pelo julgamento de casos da referida matéria.

De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Espírito Santo, julgue os itens a seguir.

43 Assegurar o mesmo tratamento, a equivalência e a igualdade de remuneração entre os cargos de atribuições iguais ou assemelhadas é objetivo do princípio da isonomia.

44 As cominações civis, penais e administrativas decorrentes de responsabilização dos servidores públicos podem cumular-se, mas a absolvição criminal somente afasta a responsabilidade civil ou administrativa caso se conclua pela inexistência do fato ou pela negativa da autoria do servidor público.

De acordo com o Plano de Carreiras e de Vencimentos dos servidores efetivos do Poder Judiciário do estado do Espírito Santo, julgue os itens a seguir.

45 A critério da administração e por opção do servidor, se houver disponibilidade orçamentária, a jornada de trabalho dos servidores efetivos poderá ser ampliada para até oito horas diárias, com o correspondente acréscimo ao vencimento básico, sendo possível a esses servidores cumprir sete horas ininterruptas, a critério do TJ/ES.

46 Vencimento básico é a retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo, conforme o padrão, a classe e o nível em que o servidor é enquadrado, acrescido dos adicionais e de outras vantagens.

De acordo com a Lei de Reestruturação e Modernização da Estrutura Organizacional Administrativa do TJ/ES, julgue o item a seguir.

47 O Núcleo de Processamento de Recursos Eletrônicos encontra-se vinculado à Presidência do TJ/ES.

Conforme o Regimento Interno do TJ/ES, julgue os itens que se seguem.

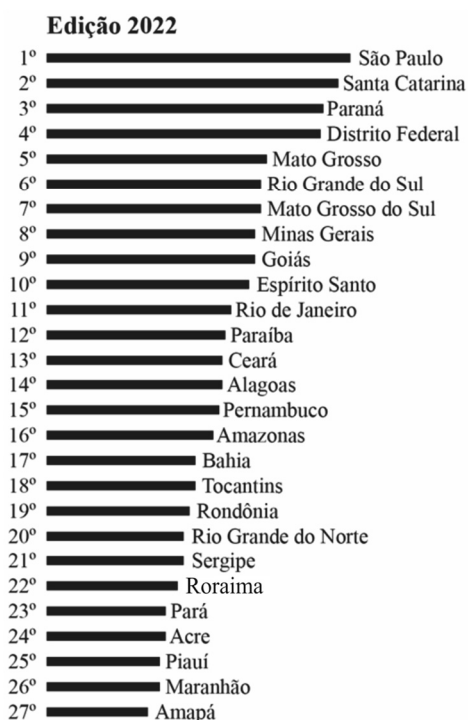
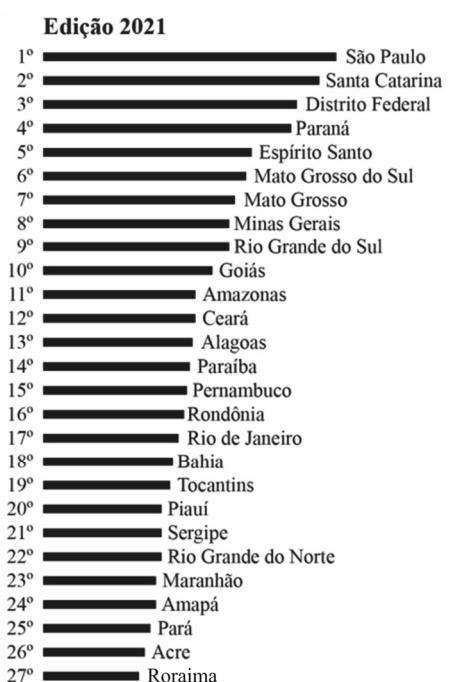
- 48** Compete ao Conselho da Magistratura julgar os recursos de penas disciplinares impostas, originariamente, pelo corregedor-geral de justiça.
- 49** No âmbito da correição parcial, poderá ser proferida decisão que conceda ou negue medida liminar, a qual é irrecorrível e deve ser reapreciada somente no julgamento do mérito da correição parcial, quando, então, poderá ser mantida ou reformada.
- 50** No que se refere aos julgamentos cíveis, nos órgãos do TJ/ES, os primeiros processos a serem julgados serão os agravos de instrumento e os últimos, as ações rescisórias.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Texto 15A1-I**

Você mora em um lugar competitivo? Essa é a pergunta feita pelo **Ranking de competitividade dos estados**, que metrifica, em uma escala de 0 a 100, todos os cantos do Brasil, para classificar as 27 unidades federativas com base em dez pilares diferentes: segurança pública, infraestrutura, sustentabilidade social, solidez fiscal, educação, sustentabilidade ambiental, eficiência da máquina pública, capital humano, potencial de mercado e inovação.

De acordo com os gráficos mostrados a seguir, dos mais de vinte estados, apenas cinco não mudaram de posição ao longo do último ano (2022), com destaque para São Paulo e Santa Catarina, que lideram, assim como Rio de Janeiro e Roraima, que subiram bastante.



Ao todo, são quase noventa critérios avaliados dentro dos pilares fundamentais, que incluem desde infraestrutura até o capital humano de cada localidade, com pesos diferentes entre si.

Paulistas lideram o *ranking* há anos. No ano de 2022, porém, houve piora no quesito segurança patrimonial, com aumento no número de furtos e roubos. Estados do Norte e do Nordeste são os menos competitivos do país.

Trata-se de uma ferramenta de avaliação da administração pública, de diagnóstico e auxílio na escolha das prioridades e de promoção de boas práticas organizacionais, que, além de ajudar políticos a priorizarem ações com base em uma inteligência de dados bem robusta — ou seja, como um sistema de incentivo para os líderes públicos —, pode ser um bom indicador da gestão pública da região. São referências adotadas pelo *ranking* que apresentam novos parâmetros para os estados brasileiros.

Internet: <<https://igdd.org.br>> (com adaptações).

Com base na compreensão literal das informações do texto 15A1-I, julgue os itens que se seguem.

- 51 A ideia principal do texto reside na informação explícita de que o **Ranking de competitividade dos estados** busca distinguir os estados mais bem desenvolvidos dos estados com menor desenvolvimento.
- 52 Comparando-se os gráficos apresentados, observa-se que dois estados brasileiros subiram cinco posições ou mais no referido *ranking*.

A partir da compreensão interpretativa e de inferências acerca do texto 15A1-I, julgue os itens a seguir.

- 53 Entende-se que, por meio das informações e dos gráficos apresentados, o autor do texto tem o propósito de indicar que os estados da região Norte passaram a ocupar, em 2022, as posições entre os mais competitivos do país.
- 54 Está implícita no texto a informação de que infraestrutura e capital humano são os pilares mais importantes no referido *ranking*.
- 55 No terceiro parágrafo, o trecho “com pesos diferentes entre si” revela uma opinião a respeito do fato “são quase noventa critérios avaliados dentro dos pilares fundamentais”.
- 56 No último parágrafo do texto, o segmento “além de ajudar políticos a priorizarem ações com base em uma inteligência de dados bem robusta” apresenta um fato relacionado ao objetivo do *ranking* em comento, enquanto o trecho “pode ser um bom indicador da gestão pública da região” veicula a opinião do autor.
- 57 Conclui-se das informações do texto que, no indicador de segurança patrimonial, a unidade da Federação com menor taxa de furtos e roubos recebeu a nota máxima na escala relativa a esse pilar, enquanto o estado com a maior taxa de furtos e roubos recebeu a menor nota.
- 58 Infere-se do texto que, sendo o estado de São Paulo o mais competitivo, é possível que sua gestão pública seja a melhor do país.

Quanto às relações coesivas no texto 15A1-I, julgue os próximos itens.

- 59 Sem prejuízo da coesão e da coerência das ideias do texto, o trecho “Essa é a pergunta feita pelo **Ranking de competitividade dos estados**, que metrifica, em uma escala de 0 a 100, todos os cantos do Brasil, para classificar as 27 unidades federativas com base em dez pilares diferentes” (primeiro parágrafo) poderia ser reescrito da seguinte forma: **Por meio dessa pergunta, o Ranking de competitividade dos estados metrifica, em uma escala de zero a cem, as vinte e sete unidades federativas, com base em dez pilares distintos.**
- 60 A forma pronominal “Essa”, em “Essa é a pergunta” (início do primeiro parágrafo), estabelece coesão por substituição.
- 61 No primeiro período do último parágrafo, a expressão “além de” constitui um elemento de coesão que estabelece noção de esclarecimento.
- 62 No trecho “apenas cinco não mudaram de posição” (segundo parágrafo), foi utilizada a estratégia de coesão por elipse.

No que diz respeito aos indícios contextuais, às relações de sentido entre palavras e às relações coesivas no texto 15A1-I, julgue os itens subsecutivos.

- 63 No segundo parágrafo, a expressão “dos mais de vinte estados” refere-se a determinada parcela dos estados federativos que compuseram o referido *ranking*.
- 64 No segundo parágrafo, a oração “que lideram” explica que, no *ranking*, São Paulo e Santa Catarina são os estados que ocupam a primeira e a segunda colocação, respectivamente.
- 65 No penúltimo parágrafo, a conjunção “porém” (segundo período), por estar entre vírgulas, mantém elo coesivo que indica conclusão em relação ao período imediatamente anterior.
- 66 No primeiro período do último parágrafo, os elementos “avaliação da administração pública”, “diagnóstico e auxílio na escolha das prioridades” e “promoção de boas práticas organizacionais” são relacionados ao termo “ferramenta”.
- 67 No último parágrafo, o trecho entre travessões consiste em um indicio contextual da ideia contida no trecho “além de ajudar políticos a priorizarem ações com base em uma inteligência de dados bem robusta”.
- 68 No primeiro período do último parágrafo, a palavra “robusta” está empregada com o mesmo sentido de **arrojada**.
- 69 No trecho “como um sistema de incentivo para os líderes públicos” (último parágrafo), o segmento “para os” poderia ser substituída por **aos**, sem prejuízo para a coesão do texto.
- 70 Mantendo-se os sentidos, a coesão e a correção gramatical do texto, o trecho “Trata-se de uma ferramenta de avaliação da administração pública, de diagnóstico e auxílio na escolha das prioridades e de promoção de boas práticas organizacionais” (último parágrafo) poderia ser reescrito da seguinte forma: **O Ranking de competitividade dos estados trata-se da ferramenta de avaliação da administração pública, da diagnose e do auxílio na seleção de prioridades e da promoção de boas práticas organizacionais.**

Texto 15A2-I

Em uma linha de estudos, um dos fatores apontados frequentemente como possível solução para a diminuição da demanda nos tribunais diz respeito aos mecanismos de resolução alternativa de conflitos. O relatório **Fazendo com que a justiça conte: medindo e aprimorando o desempenho do Judiciário no Brasil**, produzido pelo Banco Mundial, já apontava em 2004 a maior difusão do instituto da conciliação como uma possível solução para a excessiva sobrecarga de processos na justiça estadual. Segundo o relatório, tal medida poderia ser um importante mecanismo de diminuição das demandas hoje paralisadas no Poder Judiciário estadual.

Ribeiro (2008), em análise acerca do acesso ao sistema judiciário no Brasil, destaca o papel do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como órgão encarregado de desenvolver ações que visem à redução da morosidade processual e à simplificação dos procedimentos judiciais. A autora destaca dentre os projetos desenvolvidos pelo CNJ a ênfase nos procedimentos alternativos de justiça, entre os quais figura o instituto da conciliação.

Em mesmo sentido, Veronese (2007) realizou análise da evolução de experiências alternativas de resolução de conflitos, descrevendo os projetos e as questões políticas implicadas nesse fenômeno. Segundo o autor, apesar do consenso de que o Brasil se insere em um contexto de tradição jurídica formalista, ocorre atualmente um movimento descrito como “permeabilidade às novas referências institucionais para a solução dos conflitos e ao discurso de intervenção social” (2007, p. 19), agenda que, segundo Veronese, vem-se desenvolvendo de modo célere no Brasil. Um exemplo citado por ele diz respeito à realização do Dia Nacional da Conciliação, evento promovido pelo CNJ com o intuito de difundir nos tribunais a cultura da realização de acordos entre os litigantes com vistas a extinguir demandas judiciárias.

Renato Máximo Sátiro e Marcos de Moraes Sousa. **Determinantes quantitativos do desempenho judicial:** fatores associados à produtividade dos tribunais de justiça. In: *Revista Direito GV*, v. 7, n.º 1, 2021, p. 8-9 (com adaptações).

Considerando os aspectos estilísticos e estruturais do texto 15A2-I, julgue os itens que se seguem.

- 71 Predominam no texto sequências textuais injuntivas.
- 72 A alta ocorrência de substantivos deverbais no texto é característica do gênero textual artigo científico.
- 73 Verificável pelas referências a outros autores, a polifonia encontrada no texto relaciona-se às práticas de debate e fundamentação constitutivas dos textos acadêmicos.
- 74 Ainda que preservasse a correção gramatical do texto, a substituição do segmento “Em uma” (primeiro período do primeiro parágrafo) por **Numa** seria inadequada ao registro linguístico adotado no texto, por ser uma marca de oralidade.

Com relação aos fatores de coesão do texto 15A2-I, julgue os seguintes itens.

- 75 Conclui-se do primeiro período do segundo parágrafo que as referidas “ações” existem e são específicas.
- 76 No segundo período do primeiro parágrafo, o vocábulo “já” é um ordenador simultaneamente temporal e discursivo, pois, além de indicar anterioridade cronológica, confere maior importância à informação apresentada.
- 77 No último período do segundo parágrafo, o antecedente de “os quais” é “os projetos desenvolvidos pelo CNJ”.
- 78 No segundo período do último parágrafo, o substantivo “agenda” faz referência ao movimento de ‘permeabilidade às novas referências institucionais para a solução dos conflitos e ao discurso de intervenção social’.
- 79 No primeiro período do último parágrafo, o substantivo “fenômeno” retoma a ideia expressa por “análise”.

Julgue os itens subsequentes, referentes a modos de construção do texto 15A2-I segundo diferentes perspectivas de ordenação das orações.

- 80** No trecho “evento promovido pelo CNJ com o intuito de difundir nos tribunais a cultura da realização de acordos entre os litigantes com vistas a extinguir demandas judiciais” (final do último parágrafo), as orações introduzidas por “com o intuito de” e “com vistas a” expressam, igualmente, noção de finalidade, logo, sem alteração dos sentidos e da correção gramatical do texto, a oração “com vistas a extinguir demandas judiciais” poderia ser deslocada para imediatamente após “CNJ”.
- 81** A correção gramatical e a coerência das ideias do texto seriam mantidas caso o trecho “apesar do consenso de que o Brasil se insere em um contexto de tradição jurídica formalista, ocorre atualmente um movimento descrito como ‘permeabilidade às novas referências institucionais para a solução dos conflitos e ao discurso de intervenção social’” fosse reescrito da seguinte forma: **existe um consenso de que o Brasil se insere em um contexto de tradição jurídica formalista, porém, atualmente, ocorre um movimento descrito como “permeabilidade às novas referências institucionais para a solução dos conflitos e ao discurso de intervenção social”**.

A respeito das relações de concordância e de regência no texto 15A2-I, julgue os itens a seguir.

- 82** Em “ações que visem à redução da morosidade processual e à simplificação dos procedimentos judiciais” (segundo parágrafo), o uso do sinal indicativo de crase no vocábulo “à”, nas suas duas ocorrências, é facultativo.
- 83** Em “o Brasil se insere em um contexto de tradição jurídica formalista” (segundo período do último parágrafo), a correção gramatical do texto seria mantida se o pronome “se” fosse colocado em posição enclítica à forma verbal “insere” — escrevendo-se **insere-se**.
- 84** No início do primeiro parágrafo, a substituição de “apontados” por **apontado** comprometeria a correção gramatical do texto.

Acerca do emprego das formas verbais no texto 15A2-I, julgue os próximos itens.

- 85** A perífrase “vem-se desenvolvendo” (penúltimo período do último parágrafo) veicula aspecto durativo e cursivo.
- 86** No título do relatório mencionado no primeiro parágrafo, o emprego do subjuntivo em “**conte**” justifica-se pela subordinação dessa oração a uma construção causativa.
- 87** No segundo período do primeiro parágrafo, o tempo verbal em “apontava”, acompanhado da expressão adverbial “em 2004”, delimita a ação verbal a um momento pontual no passado.

Com relação à pontuação e às categorias semânticas em uso no texto 15A2-I, julgue os itens subsequentes.

- 88** No texto, a expressão “solução para” assume significados ligeiramente diferentes nos segmentos “solução para a diminuição da demanda nos tribunais” e “solução para a excessiva sobrecarga de processos”, ambos no primeiro parágrafo, uma vez que apenas na primeira ocorrência a preposição “para” tem valor efetivo de finalidade.
- 89** Poderiam ser corretamente isolados entre vírgulas os trechos “como uma possível solução para a excessiva sobrecarga de processos na justiça estadual” (primeiro parágrafo) e “como ‘permeabilidade às novas referências institucionais para a solução dos conflitos e ao discurso de intervenção social’ (2007, p. 19)” (último parágrafo), os quais têm valor comparativo nos períodos em que ocorrem.
- 90** No trecho “análise da evolução de experiências alternativas de resolução de conflitos” (início do último parágrafo), a preposição **de**, em suas quatro ocorrências, introduz argumentos que assumem o mesmo papel temático: o de paciente.

No que diz respeito à organização administrativa e à administração direta e indireta, julgue os itens a seguir.

- 91** A desconcentração administrativa consiste na distribuição interna de competências feita pela administração pública dentro da mesma pessoa jurídica.
- 92** De acordo com a jurisprudência do STJ, no âmbito do direito administrativo, aplica-se a teoria da representação, segundo a qual o agente que manifesta a vontade do Estado o faz como seu representante legal.
- 93** Conforme a jurisprudência do STF, a OAB é uma entidade da administração indireta da União.
- 94** De acordo com a jurisprudência do STF, é vedada autorização legislativa genérica para a criação de subsidiárias de entidades da administração indireta.

Julgue os próximos itens, relativos ao ato administrativo e ao processo administrativo.

- 95** A autorização é exemplo de ato administrativo vinculado e deve ser concedida pela administração, caso o interessado pela sua obtenção tenha cumprido todas as exigências legais.
- 96** Conforme disposto na Lei n.º 9.784/1999, nos processos administrativos, é obrigatória a aplicação retroativa de nova interpretação da norma administrativa, a fim de melhor garantir o atendimento do interesse público.
- 97** São atributos dos atos administrativos: competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- 98** Nos termos da Lei n.º 9.784/1999, em regra, os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada.

Com relação aos agentes públicos e aos poderes administrativos, julgue os itens seguintes.

- 99** Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros natos ou naturalizados.
- 100** As funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- 101** O abuso de poder é gênero do qual são espécies o desvio de poder (ou desvio de finalidade) e o excesso de poder.
- 102** O poder de polícia tem origem em um vínculo geral entre os indivíduos e a administração pública.

Julgue os próximos itens, concernentes às licitações e aos contratos administrativos.

- 103** A Lei n.º 14.133/2021 veda expressamente a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos.
- 104** Segundo a Lei n.º 8.666/1993, a licitação tem por finalidade garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- 105** O pregão, a concorrência, o convite, o leilão e o diálogo competitivo são modalidades de licitações previstas na Lei n.º 14.133/2021.

Acerca das disposições constitucionais sobre os princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF), os direitos e as garantias fundamentais e o Poder Judiciário, julgue os próximos itens.

- 106** A República Federativa do Brasil, formada pela União, pelos estados, pelos municípios e pelo Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como objetivos fundamentais os valores sociais do trabalho e a liberdade de expressão.
- 107** No recurso especial, cuja competência para julgamento é do STJ, o recorrente deverá demonstrar a relevância das questões de direito federal infraconstitucional discutidas no caso bem como apontar se as hipóteses que podem caracterizar essa relevância estão taxativamente previstas no texto constitucional.
- 108** O direito à proteção dos dados pessoais é garantia fundamental, prevista expressamente na CF, dos brasileiros e dos estrangeiros residentes no país.
- 109** Membro do STF deverá ser escolhido entre cidadãos com menos de setenta anos de idade e sua nomeação deverá ser realizada pelo presidente da República, depois de a escolha ser aprovada pela maioria absoluta do Senado Federal.
- 110** Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

De acordo com o estabelecido na CF sobre a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, a administração pública e os servidores públicos, julgue os itens subsequentes.

- 111** A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os estados, os territórios, o Distrito Federal e os municípios, todos autônomos, nos termos da CF.
- 112** Os estados podem explorar diretamente os serviços locais de gás canalizado, sendo vedada a sua regulamentação por meio de medida provisória.
- 113** Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis aos brasileiros e aos estrangeiros que preenchem os requisitos estabelecidos em lei.
- 114** O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer em tal condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem.
- 115** O servidor que se aposentar por tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública não perderá o vínculo com a administração pública que tenha gerado o referido tempo de contribuição.

- 116** O servidor público somente adquirirá estabilidade após a realização de avaliação especial de desempenho por comissão instituída especificamente para essa finalidade e, caso seja declarada a desnecessidade do seu cargo depois de adquirida essa condição, ele será posto em disponibilidade até seu adequado aproveitamento, recebendo, durante esse período, remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Julgue os itens seguintes, relativos ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo e às funções essenciais à justiça.

- 117** A CF erigiu o Ministério Público, a Advocacia-Geral da União e a Defensoria Pública à categoria de órgãos cuja função é essencial à justiça, assegurando a cada uma dessas instituições autonomia funcional e administrativa bem como a iniciativa de sua proposta orçamentária.
- 118** Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada casa do Congresso Nacional bem como de suas comissões serão realizadas por maioria absoluta dos votos.
- 119** O deputado ou o senador que for investido no cargo de secretário de Estado não perderá o mandato, podendo optar pela remuneração de parlamentar.
- 120** O Congresso Nacional somente poderá decretar estado de calamidade pública após proposta privativa do presidente da República.

Espaço livre